



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 356 - DE 10 A 24 DE ABRIL DE 2008 - R\$ 2,00

**A crise econômica atingirá o Brasil.
A crise política vai se potenciar.
As massas têm de se lançar à luta,
com independência política!**



**Prosseguem
os assassinatos
impunes sobre
os sem-terra**



**Balanço da convenção da
Oposição ao Sinpeem-SP**

**Governo Lula favorece
destruição da Amazônia**



**As massas tibetanas reivindicam autodeterminação, mas,
sob a influência do imperialismo, jamais serão livres**

Aspectos da crise econômica no Brasil

Ministros já não falam que o País não será afetado pela crise econômica dos Estados Unidos, ou que não será tão profundamente afetado. Lula foi orientado a abaixar o otimismo. A confirmação de que a maior economia do mundo está em recessão e de que Europa e Japão estão em franca desaceleração indicaram que nem China, Índia ou Brasil assistirão de camarote o desmoronar do mercado mundial.

Não só há poderosa interdependência entre os países como também os países de economia atrasada ocupam um lugar de dependência, como no caso da China, Índia e Brasil. A idéia de que os ditos emergentes estavam em condições de manter o mercado mundial enquanto as potências caíam no fosso já não comparece com tanta convicção nas análises de representantes da burguesia. Isso quando a recessão nos Estados Unidos apenas começou e quando ainda há expectativa de algum crescimento na Europa e Japão.

A intervenção do Banco Central dos Estados Unidos e de países da Europa para salvar bancos de investimento da quebra e evitar que a crise rapidamente se aprofundasse demonstrou que o capitalismo tem de destruir riquezas acumuladas e parte das forças produtivas. A necessidade imperiosa e inevitável de “queimar” parte significativa de riqueza expressa a contradição histórica entre as forças produtivas e as relações de produção na forma de propriedade monopolista; e entre a extraordinária potencialidade das forças produtivas na forma de capital e a miséria mundial das massas.

Os socorros financeiros diretos ou indiretos dos Bancos Centrais dos EUA e Europa aos banqueiros podem modificar o ritmo da crise, mas tudo indica que não poderá resolvê-la. O que quer dizer evitar quebraadeiras em bancos, indústria, comércio e agricultura. Não só evitar as quebraadeiras como também dar novo impulso à economia mundial.

O governo brasileiro conta com um processo lento e brando da crise devido ao intervencionismo dos Bancos Centrais, de maneira que sustente a tese de que o Brasil está bem fundamentado perante a crise. Está-se vendo, no entanto, que, mesmo com o dispêndio de cerca de 1 trilhão de dólares pelo Banco Central norte-americano, a recessão se manifesta e já afeta as relações comerciais no mundo todo. Nos três meses que antecedeu janeiro de 2008 o comércio mundial cresceu 0,2%; no mesmo período do ano anterior houve crescimento de 6,9%. Em 2006, estima-se que o comércio mundial alcançou a taxa de 9,8% e em 2007, 7,1%. Agora, há estimativas de que não passará de 4,5%.

A conta externa do Brasil perde fôlego com a redução das exportações. O superávit comercial cai abruptamente e ameaça se tornar déficit. Esta inversão não trouxe ainda desaceleração interna. Mas evidencia a fragilidade do crescimento assegurado pelo consumo interno, pelo financiamento farto (70% dos carros são financiados a longo prazo), pelo endividamento da população (principalmente da classe média) e pela crescente importação. Os preços das mercadorias de primeira necessidade crescem e indicam pressão inflacionária. Está acionada uma bomba de efeito retardado.

Se a recessão mundial avança, o crescimento do Brasil baseado no endividamento da população remediada e pobre murcha ou mesmo despenca. Não por acaso, ressurgiu a desavença entre

o ministério da economia e o Banco Central sobre a necessidade de aumentar as taxas de juro (Selic), para desacelerar o consumo financiado e manter o interesse dos especuladores internacionais em continuar a aplicar no Brasil bilhões de dólares.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a anunciar a intenção do governo de reduzir o número de prestações dos empréstimos. Assim, reduziria o impulso das vendas e controlaria a possibilidade de acontecer no Brasil o que aconteceu com os empréstimos imobiliários nos Estados Unidos. Voltou atrás sob grita da Federação das Indústrias de São Paulo e da Confederação Nacional das Indústrias.

Um outro aspecto diz respeito à sobrevalorização do Real frente ao dólar. A entrada de dólares em grande quantidade, a monumental reserva cambial para os padrões da economia brasileira e a tendência mundial de desvalorização da moeda ianque mostram que o câmbio flutuante da era Lula atinge cada vez com mais rigor interesses de frações do capital nacional. Nem bem o ministério econômico acenou com a idéia de mudar a política cambial, assim permitindo controle do governo, e de extinguir controle da inflação por meio do critério de metas, a grita de setores do grande capital o fez se desdizer. É mais uma área de conflito interburguês que tende a se agravar e se refletir na política econômica do governo.

As condições econômicas permitiram a Lula favorecer os negócios da burguesia, desde o primeiro mandato. Transformou grande parte da dívida externa em dívida interna, desfez-se do peso da dívida em dólar quando o real se valorizava, sobrevalorizou a dívida interna e garantiu altas taxas de juros, embora a tenha diminuído nos últimos anos – assim, permitiu ganhos extraordinários ao capital financeiro. Com a manutenção do superávit primário, honrou a dívida com os banqueiros e investidores.

Mas essa jogatina em favor do grande capital foi tranqüila porque a economia mundial, na última década, cresceu significativamente, tendo à frente os Estados Unidos, entre as potências; e China e Índia, entre os atrasados. Tudo indica que está havendo uma mudança no quadro econômico dos últimos dez anos.

A confirmação das tendências recessivas em escala mundial atingirá a política econômica do governo, que previa indefinido período de bonança – denominado crescimento sustentável, ou seja, índices positivos na indústria e comércio, pagamento pontual da dívida, inflação contida, taxa de desemprego tolerável, importação e exportação equilibradas etc.

As massas trabalhadoras vêm arcando com a política econômica de favorecimento do grande capital. Campanhas salariais foram praticamente abolidas pela burocracia sindical pró-governo, o salário mínimo de fome continuou a esmagar milhões, o desemprego, apesar de recuperado em parte postos de trabalho, continuou com altas taxas e os camponeses pobres e sem terra se tornaram mais dependentes da agroindústria-latifúndio. As migalhas do Bolsa Família foram e são pingos d'água no oceano de miséria. Mesmo assim, as massas comparam o governo burguês de Lula com o de Fernando Henrique Cardoso, que em pouco tempo lhes impôs 10 milhões de desempregados e que se somaram aos milhões já existentes, como melhor.

O caudilho aburguesado tem usado a conjuntura econômica favorável e o assistencialismo das “políticas públicas” para man-

ter as massas submissas à exploração dos capitalistas. Esse quadro tende a se modificar com o avanço da crise mundial.

O governo não teve um só momento de sossego no plano político, enquanto no plano econômico só tem a vangloriar. O problema está em que, se houver uma confluência entre os dois planos, como a situação indica, a crise política se potencializará. A luta de classe contida tende a se manifestar.

As forças que controlam o proletariado a serviço dos capitalistas se verão em choque com os oprimidos. Está aí a importância de um trabalho sistemático de defesa das reivindicações transitórias, que respondam à crise econômica e social.

Aspectos da crise política

A partir de um vazamento de informação sobre gastos dos ministros e da presidência da República com cartões institucionais, PSDB e DEM mantiveram aberta a ferida da corrupção e da ganância no governo Lula. Desta vez, haveria de se levar as investigações até o Presidente.

A oposição pleiteou uma CPI com claro objetivo de mostrar os hábitos aristocráticos da família de Lula e os desvios de dinheiro das funções governamentais por meio dos cartões e da conta B (saque em dinheiro). Quando o governo havia escapado da última investida do PSDB/DEM no episódio Renan Calheiros e nem bem se restabelecia da perda do imposto do cheque (CPMF), o escândalo da ministra Matilde Ribeiro (PT) bateu forte na porta do Palácio.

Governistas, então, decidiram tomar a dianteira e convocaram a CPI mista (Senado e Câmara). Deram o cargo de presidência ao PSDB, que nada poderia fazer frente à maioria do governo. Estava definido o enterro do objetivo da oposição de convocar ministros e o próprio Lula para depor.

Eis que um novo vazamento contaminou a atmosfera política: publicaram-se dados sobre ganância da família de Fernando Henrique Cardoso. Estavam expostas as extravagâncias festivas da primeira dama, Ruth Cardoso. Era o que faltava para o PSDB/DEM sair da defensiva e retomar o ataque.

O dossiê da família FHC abriu a batalha contra o bloqueio do governo às investigações. A oposição bate forte na porta da Casa Civil. De lá, a mando da ministra Dilma Rousseff, foi expedido o dossiê. Fernando H. Cardoso publicou uma nota autorizando a quebra de seu sigilo bancário se Lula também o fizesse. Um safado sabe o que o outro safado não pode fazer. Dilma já havia jurado a Ruth Cardoso que não fez o dossiê e nem mandou vazá-lo à imprensa.

Afinal, qual interesse do governo expor clandestinamente um dossiê do seu adversário, se afinal a CPI está sob seu controle e a oposição estava no mato sem cachorro? Uma indagação lógica, ao final das contas.

Já se tinha como certo que a assessora da ministra Dilma, Erenice Garcia, era a responsável pela peça de denúncia contra FHC, quando o senador Álvaro Dias (PSDB) e membro da CPI declarou na tribuna do Senado que conhecia o dossiê antes mesmo de ter instalado a CPI. A acusação do governo de que o vazamento do dossiê foi uma provocação de interessados na crise encontrou respaldo na revelação de Álvaro Dias. Quem entregou ao senador o dossiê? Se houvesse resposta de Dias, logo era possível rastrear o dossiê até a fonte clandestina, que muito bem poderia ser um agente do PSDB e do DEM.

O governo retomou a ofensiva com a tese de conspiração. Fortaleceu a posição de que a ministra Dilma estava sendo atacada por ser uma candidata possível à sucessão de Lula. Estava e está confluída a luta de bastidores entre governo e oposição com a disputa eleitoral para a presidência da República. De fato, Lula vinha promovendo uma campanha de inauguração dos acordos do PAC com governadores de vários estados, inclusive do PSDB.

Parecia que a declaração de Álvaro Dias iria reverter o quadro da crise em favor do governo. Mas não. Dilma veio a público acusar que a Casa Civil foi objeto de espionagem, apresentado dados e hipótese de ação criminosa. A oposição pediu que a Polícia Federal investigasse. No governo, criou-se divisão. A Polícia Federal poderia ter acesso a informações – ou seja, oficializaria o acesso – que se entregues à oposição ampliaria a crise. Finalmente, foi impossível ao governo evitar a interferência da Polícia Federal. Fez-se um acordo de se investigar apenas o vazamento do dossiê.

O Ministro Tarso Genro explicou que esse órgão não tem a função de polícia política. Argumento falacioso. O problema está em se o governo será capaz de controlar a ação da Polícia Federal, de forma que esta não exponha a corrupção dos cartões e não sirva aos interesses da Oposição.

O PSDB e DEM avançaram ainda mais: reavivaram a possibilidade de uma CPI só do Senado. Garibaldi, presidente do Senado, pertencente à base governista, mas que joga dos dois lados, e que por isso foi apoiado pela oposição para ocupar o lugar de Renan Calheiros – esse sim era homem de confiança de Lula – declarou que encaminhará o requerimento pela nova CPI. Um novo passo da crise política será dado.

É claro que os governistas usam as informações da época de FHC para se defender. Tratam-se de disputas de quadrilhas que ocupam postos no Estado. Não há governo que não dependa da rede de influência e de corrupção, inerentes ao funcionamento do aparato estatal.

Os vazamentos de informações para fins de luta política são parte do método conspirativo e gangsteril das disputas interburguesas pelo poder. O fato de governo ter a seu favor os ventos positivos da economia dos últimos anos impossibilita que a oposição tire mais vantagens da crise política, mas por outro lado incentiva as manobras conspirativas.

As Centrais Sindicais, sindicatos e União Nacional dos Estudantes atuam na crise em defesa de Lula com argumento de que se trata de defender um governo progressista contra os ataques da oposição reacionária. Eliminam o conteúdo de classe do governo Lula e enfeitam a política econômica de nacional e popular. Dizemos que se trata de luta interburguesa. A classe operária e a maioria oprimida não devem servir de apoio ao governo burguês de Lula e nem à oposição. Têm de atuar na crise política com suas reivindicações próprias e com independência de classe.

Resposta operária – Tribunais Populares

Somente o proletariado e a maioria oprimida poderão apurar a corrupção e os crimes dos governos. Para que surjam, é preciso que as massas saiam em luta por suas reivindicações. O POR trabalha nesse sentido. As correntes de esquerda que se negam levantar a bandeira de tribunais populares acabam se sujeitando às disputas interburguesas e à política parlamentarista.

Dengue no Rio: falência do sistema de saúde nacional

Em 1986, há os primeiros dados de incidência de dengue no Estado do Rio de Janeiro. Naquele ano, foram mais de 30 mil casos da doença. Em 1991, os números ultrapassaram os 80 mil casos. Em 1995 e 1998, outras dezenas de milhares de pessoas foram vitimadas pela dengue, seja do tipo “clássica”, seja do tipo hemorrágica, quando, em 2002, ocorre uma das maiores epidemias já conhecidas no país, cerca de 255 mil são infectadas, mais de 90 pessoas morrem.

Vinte anos depois dos primeiros casos, o segundo mais rico estado do país sofre nova epidemia, toda a mídia empenha-se em divulgar os novos dados da cidade do Rio de Janeiro. Mas não o faz para denunciar a situação de falência do sistema público de saúde e o modo pelo qual os governos de todas as esferas contribuíram para que as mortes dos trabalhadores ocorressem. A mídia o faz para acirrar a disputa entre DEM (partido de César Maia) e o governo federal.

Exemplo disso é que Mato Grosso do Sul apresentou em 2007 os maiores índices de casos da doença, no entanto o alarde não foi tão grande. No mesmo ano, o Nordeste teve a maior mortalidade relacionada à dengue. Entretanto, apesar de o quadro da dengue nos últimos vinte anos evidenciar o descaso dos governos, a imprensa burguesa dá o destaque somente quando lhe interessa participar da disputa entre os governos das diferentes esferas.

Agora, em abril de 2008, mais de 60 mortos no Rio de Janeiro, o que justificaria que novas mortes ocorram? O quadro tende a piorar, Ceará e Rio Grande do Norte tiveram já confirmados mais de 200% de aumento de incidência da doença em relação a 2007. A epidemia espalha-se.

O governo federal, que alardeia sua ajuda ao município do Rio de Janeiro, certamente não poderá agir assim no restante do país

que sofre com a epidemia, pois não repassa verbas suficientes para a área da Saúde, que se encontra sucateada há muitas décadas.

Na verdade essas doenças, facilmente controláveis através de medidas profiláticas, como a dengue, assumem uma dimensão trágica num país atrasado. A falta de investimento em infra-estrutura, que atinge os bairros e cidades mais carentes; os baixos salários dos médicos e enfermeiros, que obriga esses profissionais a buscarem outros empregos, quando não fugir dos serviços públicos; os poucos recursos para programas específicos, como o de agentes comunitários e Saúde da Família; a superlotação dos poucos hospitais e postos existentes - enfim, um quadro que se apresenta no Rio de Janeiro, mas é facilmente encontrado no conjunto do país, demonstra as causas imediatas dessa e de outras epidemias que se anunciam.

Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde, em comparação com outros países como Argentina e Chile, o Brasil gasta metade de recursos em saúde por habitante. Ainda que o pagamento de juros da dívida no primeiro mandato de Lula tenha ultrapassado os 590 bilhões de reais, os gastos com o Ministério da Saúde não ultrapassaram 240 bilhões.

Numa situação como essa, a uma epidemia seguirão outras, cada vez mais dramáticas para as famílias mais pobres. É preciso que a classe operária e os demais trabalhadores denunciem os governos e lutem contra o pagamento das dívidas interna e externa, que sugam os recursos dos serviços públicos. Os trabalhadores da saúde devem se levantar em defesa de um sistema único de saúde que receba os recursos necessários para erradicar de todo o país essa e outras doenças, típicas de países semicolônias.

Epidemia de dengue e a luta por emprego e salário

A dengue atacou mais este ano que qualquer outro no Brasil. Capitais como Curitiba, Belo Horizonte e as do nordeste, em especial Salvador, estão sofrendo com a doença. Mas é no Rio de Janeiro que a epidemia se colocou com toda força: mais de 57 mil casos registrados (o número real deve ser bem maior), com cerca de 60 mortes, na maioria crianças. Os hospitais estão hiperlotados, barracas do exército, marinha e aeronáutica foram montadas para dar atendimento de emergência, médicos de outros estados foram deslocados para o Rio, mas tudo isso não detém o avanço da doença.

Diante da catástrofe, os governantes ficam se acusando mutuamente. É certo que houve cortes nos gastos com a prevenção da doença (combate ao mosquito), sucateamento de veículos e aparelhos de inseticização, redução de investimentos na saúde pública, atraso na resposta à proliferação da doença. Sem dúvida a prefeitura, o governo do Estado e o governo federal têm responsabilidade pelas mortes de dezenas e adoecimento de dezenas de milhares. Mas há uma causa

que a imprensa não estampa nas páginas dos jornais.

Por que o Rio de Janeiro foi a cidade mais afetada com a epidemia? Será que nos outros estados e cidades os governos não aplicam a mesma política de cortes de gastos e sucateamento da saúde pública? É claro que aplicam. A diferença do Rio de Janeiro é o elevado grau de favelização da cidade. As grandes concentrações de miséria nos morros, com as crianças abandonadas nas ruas, e os doentes quase sempre sem tratamento médico (muitas vezes se confunde a dengue com uma gripe), cria um ambiente amplamente favorável à proliferação do mosquito e à transmissão da doença. Sem doentes, o mosquito não seria capaz de transmitir o vírus. Com doentes tratados nos hospitais e com amplo combate ao mosquito, seria muito difícil ocorrer a transmissão.

Chegamos ao ponto que mostra que a epidemia de dengue é mais uma chaga do capitalismo em decomposição. Nenhum governo burguês deixará de zelar pelos negócios da burguesia, que hoje passam inclusive

pela mercantilização da saúde e sucateamento da saúde pública. Os bolsões de miséria só fazem crescer sob o capitalismo, mesmo em fase de “crescimento” econômico (que dirá então dos períodos recessivos).

As reivindicações de salário mínimo vital (suficiente para uma família sobreviver com dignidade), reajustado automaticamente (escala móvel de salários), e o objetivo do pleno emprego (divisão de todo trabalho existente entre todos os aptos a trabalharem – escala móvel de horas de trabalho), aliadas à luta pela estatização sem indenização de toda rede de saúde privada, sistema único de saúde sob controle dos trabalhadores e da população são bandeiras que ajudam a população empobrecida das favelas a combaterem o mal pela raiz. A plena eliminação da miséria e a construção de uma saúde pública de acordo com as reais necessidades da população estão em contradição com o modo de produção capitalista e com os governos burgueses, e só serão obtidos com a revolução proletária e o governo operário e camponês.

Corrupção na Câmara Municipal de Londrina

Tribunais Populares para punir os crimes da burguesia

Desde o começo do ano, não páram as denúncias de corrupção na Câmara de Vereadores. Agora já se fala de uma lista que incluiria quase todos os vereadores envolvidos em falcaturas. Para investigar essas denúncias e punir os culpados propõe-se que os próprios vereadores façam as famosas CPIs.

Entretanto, depois da renúncia do Henrique Barros – pego com a boca na botija – e a prisão de Bonilha, os vereadores procuram pretextos “jurídicos” para se inocentarem uns aos outros. Da mesma forma que nas centenas de denúncias no Congresso, nas assembléias, governos de Estados e Prefeituras por todo o país, alguns poucos são queimados como bodes expiatórios para que o resto dos corruptos continuem roubando ou achacando. Isso só mostra que bandido não pode julgar o próprio bandido.

E nem a continuidade das investigações fará com que o Ministério Público remova a corrupção, pois o próprio MP é parte desse sistema corrupto.

A corrupção acontece em todo o Estado: prefeituras, estados, ministérios, congresso nacional etc. Pois a corrupção é parte do funcionamento dos negócios capitalistas que utilizam todo e qualquer recurso para ganhar dinheiro. Começa desde a campanha eleitoral financiando as candidaturas, cobram-se depois dos eleitos que se façam negócios com eles, depois pagam propinas para aprovação de leis favoráveis a determinados grupos ou favorecendo-os nas licitações. Os exemplos são intermináveis.

Quando algum capitalista se sente prejudicado, às vezes denuncia a corrupção dos outros. Nessa hora, todos viram santos e apela-se às tais CPIs que

quase sempre concluem acobertando os mafiosos. Inclusive as ações do Ministério Público, por mais espetaculares que apareçam, vão todas depois acabar em pizza. É só lembrar do caso Belinatti, do caixa 2 do Nedson... e por aí vai...

Os trabalhadores não podem acreditar que os próprios bandidos vão punir os bandidos. Somente a população empobrecida e mobilizada pode julgar e condenar adequadamente estes sanguessugas, pois é ela que produz a riqueza e por isso tem interesse em acabar com o roubo e os ladrões. Para fazer isso, é necessário criar os Tribunais Populares, independentes e revolucionários, constituídos pelos próprios trabalhadores organizados. Só estes tribunais populares podem apurar até o fim toda a falcatura e não esconder nada, punindo os bandidos exemplarmente.

Latifundiários assassinam Eli Dallemole

Responder com a luta de classe

O líder camponês, Eli Dallemole, foi morto pelos jagunços a mando dos fazendeiros do Paraná. Encapuzados, os pagos para matar invadiram o assentamento Liberdade Camponesa, no município de Ortigueira (PR), para assassinar mais uma liderança do MST. Por detrás está o proprietário da fazenda Copramil, ocupada há mais de um ano pelo movimento sem-terra.

Eli liderava 550 famílias de um acampamento e três assentamentos da região. Daí a sanha dos latifundiários para eliminá-lo. No Paraná, o movimento camponês tem sido vítima do agronegócio e da ação das milícias organizadas pelos latifundiários. Centenas de militantes camponeses já tomaram no combate pela terra paranaense. Os assassinos não foram presos e não há uma empresa punida. Os governos, a polícia, a Justiça e as leis estão a serviço dos exploradores do campo.

As chacinas de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás estão impunes. Outros milhares de camponeses pagaram com suas vidas na luta pela terra. Enquanto o agronegócio e fazendeiros lucram como nunca em função do crescimento das ex-



portações, os camponeses padecem pela fome, pela exploração e pela expulsão do campo. A concentração e a desnacionalização de terras se ampliaram. A promessa de reforma agrária de Lula não saiu do discurso inflamado das épocas eleitorais. A situação dos assentamentos e dos camponeses à beira das estradas mostra a penúria de uma classe.

Lula, Requião, Serra e outros tantos não fazem senão proteger os assassinos de camponeses pobres. Lula lamenta as mortes, mas banqueteia com os exploradores. Não poderia ser diferente: todos administram o Estado em favor dos in-

teresses da classe burguesa.

A experiência mostrou: a luta pela terra faz parte da revolução proletária no Brasil. Não é possível a reforma agrária por meio das leis do Estado. Daí a importância da aliança operário-camponesa para impor a derrota à burguesia fundiária. A luta de classe no campo deve ser a mesma que se desenvolverá nos centros urbanos, para expropriar os meios de produção privados e transformá-los em coletivos.

O sentimento dos trabalhadores pela morte de Eli e de outros deve ser o de trabalhar pela revolução social.

Lula legaliza a entrega de terras da Amazônia

Lula assinou a Medida Provisória nº 422, a qual amplia a área (hectares) de terras na Amazônia que pode ser vendida sem licitação. Isso com a justificativa de “regularizar 90% das situações de posse de terra na Amazônia”. Ou seja, a MP altera um item da Lei nº 8.666 de 1993: antes, o limite da área para dispensa de licitação era de até 500 hectares (o que já era ruim); agora, passa a ser de até “15 módulos fiscais”.

Qual o tamanho de cada módulo? Esse é o primeiro problema da MP, pois varia muito o tamanho de um município para outro. Há na Amazônia módulos de 10 hectares e outros de 100 hectares. Fazendo as contas (multiplicando esses números por 15 módulos), a medida irá variar de 150 a 1.500 hectares. De acordo com o INCRA, “entre 70 e 80% das posses de até 15 módulos estará em torno de 1000 ha. [hectares] ou menos”. Portanto, a MP entrega terras públicas para os grileiros. Enquanto 1,3 milhão de famílias de sem-terra assentadas, entre 1995 e 2006, na região da Amazônia, recebeu um lote médio de 100 hectares, há pecuaristas com propriedades de 1.250 hectares, que lhes permite criar 500 cabeças de gado.

O INCRA trata a questão da MP como se favorecesse uma maioria de pequenos e inumeráveis posseiros. Falso. O fato é que terras públicas na região da Amazônia foram ilegalmente vendidas por funcionários do próprio INCRA, que lucraram com propinas, dando a seus donos o direito legal de propriedade. Uma parcela de grileiros também conseguiu a regularização de suas terras (tornaram-se proprietários legais). Não faltam denúncias sobre fábricas de títulos de propriedade de terra em vários estados. Há ainda o caso daqueles que se utilizaram, também com a ajuda deste órgão, de falsos assentamentos da reforma agrária, os chamados “assentamentos laranjas”. Em resumo, os favorecidos são os latifundiários, donos de serrarias e as grandes empresas que exploram a região. Os penalizados são os camponeses pobres, os ribeirinhos, os índios e os sem-terra. Vivem na penúria e são vítimas dos crimes da burguesia.

Importa ao governo Lula e ao INCRA acertar a situação dos grandes possuidores de terra, que ainda não têm sua propriedade privada regularizada. É para

eles que foi criada a MP 422. Dados oficiais apontam que 36% das terras da região consistem em propriedades privadas, sendo que quase a totalidade (32%) não têm nem registro válido no INCRA ou outros órgãos estatais; além disso, os grileiros avançam em reservas ambientais e indígenas (43% das terras da região) e em terras do Estado que estão fora das reservas (21%). Outro dado: de um total de 105.803.350 hectares de terra da Amazônia Legal, 67.823.810 estão cercadas e apropriadas privadamente.

O preço a ser cobrado pelas terras, de acordo com o INCRA, será “o justo”. Ora, as terras na Amazônia custam até um décimo do valor do Sudeste. O pagamento não será a vista. Haverá um ano de carência e cinco para pagar. E poderão ser revendidas após dez anos. Antes de prazo de carência, a terra não poderá ser retomada pelo INCRA, só nos casos de abandono ou venda ilícita para terceiros. Quem não pagar só perderá a terra em juízo, depois do processo normal de cobrança de dívida pela fazenda pública. A regularização ainda garante aos proprietários a possibilidade de favorecer-se de financiamentos da produção, com linhas de crédito dos bancos oficiais a juros anuais subsidiados na faixa de 5% a 9% (contra 26% a 34% em outras regiões). Para Lula, trata-se da “oportunidade para o pequeno produtor”. Quanta demagogia!

Finalmente, a demarcação das terras também não será feita pelo INCRA, só no caso de posses abaixo de 4 módulos fiscais. As demais “só serão medidas e o proprietário deverá demarcá-la e certificá-la no INCRA”. Além disso, este órgão afirma que essas terras não correm o risco de serem desapropriadas para a reforma agrária, pois o “limite de 15 módulos fiscais assegura imunidade à desapropriação”.

Trata-se do avanço da privatização das terras públicas e da desnacionalização das mesmas (o capital estrangeiro se favorecerá desta medida). Diante disso, só podemos responder com o programa revolucionário, cujo objetivo final é a propriedade coletiva (social) dos meios de produção, incluindo a terra. Para alcançar este objetivo temos de impulsionar a luta pelas reivindicações que unificam os camponeses pobres, sem-terra e a classe operária.

PortoVelho - RO

O prefeito do PT impõe desemprego

O prefeito Roberto Sobrinho/PT faz mais um ataque aos trabalhadores da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Porto Velho, através de uma lei complementar, aprovada pelos vereadores. Fez a mudança do nome da secretaria para SEMUSB (Secretaria Municipal de Serviços Básicos), afetar os **garis** que trabalham na limpeza da cidade, pois serão substituídos por máquinas. Portanto, alguns trabalhadores ficarão à disposição do chefe, que os colocará para trabalhar onde bem entender, e outros serão demitidos.

A mecanização dos serviços urbanos tem a função de terceirizar. A terceirização significa maior exploração e precarização do trabalho. Ainda mais: as empresas que “ganham” a licitação são as que estão do lado do prefeito e dos vereadores. “Ganham” a exploração dos serviços públicos e em troca se comprometem com as campanhas eleitorais.

Demissão e privatização

Os trabalhadores não podem ser contra o avanço da tecnologia. Mas têm de ser radicalmente contra o uso da mecanização para demitir, terceirizar e destruir direitos. No caso da mecanização da limpeza urbana, o prefeito petista quer substituir os garis por máquinas e privatizar o serviço público. Quem ganha são as empresas. Para o petista, o que importa é embelezar a cidade para atrair investimentos das hidrelétricas e dos

capitalistas (hotéis, grandes lojas).

Para isso, Roberto Sobrinho ataca os mais humildes trabalhadores dos serviços públicos. Os garis, além de receberem salário de miséria, estão com a corda no pescoço. Atinge também os camelôs, que estão sendo arrancados e suas mercadurias tomadas pelos policiais.

O prefeito quer Porto Velho embelezada. Assim privatiza os serviços de limpeza e expulsa os camelôs das praças. Sobrinho administra a capital para os ricos.

Resistência dos trabalhadores

Diante dessa situação, não há outro caminho senão denunciar e resistir. A luta pelo emprego dos garis deve se somar a luta dos camelôs e do funcionalismo em geral. A defesa do emprego, do salário e dos direitos unifica os explorados contra os governos (municipal e estadual).

Defendemos:

1. Abaixo a lei complementar imposta pelo prefeito petista
2. Que nenhum gari fique desempregado, com a utilização das máquinas
3. Não à terceirização dos serviços públicos. Combater a privatização
4. Que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base.

Educação

Assembléia dos professores estaduais: direção da APEOESP se nega a organizar a luta

No dia 04 de abril, ocorreu a segunda assembleia da campanha salarial. Como na assembleia anterior, o papel da direção e da maioria das correntes políticas foi de travar o movimento e impedir que a mobilização ganhasse um patamar superior: a organização da greve.

Em assembleia do dia 14 de março, foi tirado o indicativo de greve. Assim, a militância visitou as escolas e a paralisação atingiu algumas regiões da capital, Grande São Paulo e escolas do interior. Como na assembleia anterior, esta de abril não tinha um número expressivo de professores (cerca de 3 mil); no entanto, aqueles que lá compareceram conheciam a discussão sobre a greve e lá foram para se posicionar.

A votação mais importante, portanto, era da greve. Alguns setores

oposicionistas, junto com o POR, defenderam-na como instrumento que responderia às duras e repressivas medidas da Secretaria da Educação. Entendia-se que o momento era de radicalizar para impedir que o governo impusesse o restante de medidas repressivas que nos aguardam.

Mais uma vez, a direção do sindicato (PT e PCdoB), com o apoio da Oposição Alternativa (PSTU e grupos independentes) não quis assumir a defesa da greve, escondendo-se na sua suposta “construção”, com aula pública e atos “regionais”. Na realidade, esse método é o distracionista, que leva ao esvaziamento progressivo da mobilização dos professores.

Mais grave: o PCO (Partido da Causa Operária) defendeu contra a greve, numa postura claramente reacionária,

que só se explica pela proximidade das eleições no sindicato e a necessidade desse partido aparecer como a “única oposição”. O argumento do PCO era o de que a direção não fez nada pela greve e, por isso, os professores tinham de votar contra a greve. Essa política reacionária serviu perfeitamente à direção do sindicato que não compareceu como contrária a greve, mas como o centro “ponderado” que ainda “quer construir a movimento”.

O resultado da assembleia foi a vitória da diretoria, de “construção”, que levará a uma aula pública no dia 11 de abril. A tendência é que os professores não respondam mais aos chamados de paralisação e assembleia e a direção do sindicato passe a atuar abertamente pelo fim desse movimento.

Balanço da Convenção da Oposição/Sinpeem

A Corrente Proletária na Educação (POR), em carta aberta, expôs a necessidade de uma chapa classista para varrer a burocracia colaboracionista do Sinpeem.

A Convenção para a discussão do programa e chapa realizou-se no dia 5 de abril. Estavam presentes o PSTU, PSOL (Apra), FOS, POR e simpatizantes dessas correntes. Não era uma Convenção com expressiva participação da vanguarda que se manifesta em oposição aos métodos antidemocráticos e conciliadores do pelego Cláudio Fonseca. Mas se tratava de setores que reivindicam a luta contra a burocracia reinante.

A realização da Convenção foi um ganho político importante, porque havia resistência por parte da Apra de discutir o programa e composição de chapa, utilizando o método da plenária (convenção). Insistiam na proposta de que representantes das correntes formassem uma comissão e que esta acordaria os pontos programáticos e a chapa. Depois, concordaram com a Convenção para discutir o programa, mas não a composição de chapa.

A Conlutas e o POR defenderam a Convenção. Porém, no impasse colocado pelo PSOL, a Conlutas acabou concordando com a realização de uma convenção para os pontos polêmicos do programa e para a homologação da chapa. O POR questionou o método e disse que participaria da Convenção defendendo a soberania dela. Foi o que ocorreu. Partindo do princípio da democracia sindical, não havia como renunciar ao poder de decisão coletivo da Convenção e aceitar os condicionantes das Correntes majoritárias, que agem com poder de aparelho. O fundamental está na defesa do princípio de que numa frente de correntes políticas esteja assegurada a democracia, o que só é possível por meio do voto dos presentes na Convenção e da garantia da proporcionalidade no caso da formação da chapa.

Principais discussões

A Convenção foi dividida em duas partes: 1) programa; 2) chapa. No que diz respeito ao programa, houve o empenho de todos para que as divergências fossem expostas. Os pontos não consensuais foram votados. Entre as polêmicas destacamos:

1. Governo operário e camponês contra governo dos trabalhadores

O PSTU, as correntes que militam na Conlutas, independentes e o Apra apresentaram a formulação do governo dos trabalhadores. O argumento principal era o de que vivemos numa época em que o conceito de classe operária é mais abrangente do que na época em que foi formulado por

Marx. E que hoje o mundo do trabalho (novas tecnologias, reestruturações etc) requer o conceito de classe trabalhadora, envolvendo todos aqueles que estão sob a exploração capitalista. Por isso, reivindicavam no programa a consigna do governo dos trabalhadores.

O POR defendeu o governo operário e camponês, resultado da revolução proletária e responsável pela expropriação dos meios de produção da burguesia e implantação da propriedade coletiva. Mostrou que enquanto existir o capitalismo, a classe operária continuará sendo a classe que irá dirigir a luta pelo fim do capitalismo. Isso pelo lugar que ocupa nas relações de produção e por encarnar a contradição do sistema econômico (produção coletiva e apropriação privada). Mas pelo fato do Brasil contar com um campesinato ainda numeroso, que reivindica a propriedade da terra, o proletariado terá de fazer uma aliança com essa camada para que possa realizar as transformações no campo e na cidade. O que pressupõe também a unidade de todos os explorados, mas sob a direção e programa do proletariado. Criticou a formulação de governo dos trabalhadores, que serviu para o PT chegar ao poder do Estado, e que cria ilusões de que é possível modificar o sistema por outros meios que não sejam o da revolução social.

Venceu a proposta da Conlutas/PSOL.

2. Tribunais Populares para punir e julgar os corruptos e os crimes da burguesia

Nesse ponto apresentado pelo POR e questionado por todos, houve uma tentativa de reformulação para que não houvesse no programa outra consigna que desse a entender o apoio a CPIs ou outras coisas do gênero. Apresentamos a proposta de “Só os trabalhadores organizados poderão julgar os corruptos e a burguesia”. Mesmo assim, não foi possível chegar a votação comum. A APRA defendeu contra com a justificativa de que tribunais populares era algo para um período quase insurrecional e que a categoria não entenderia. Não teve coragem de defender a CPI. As outras correntes apresentaram a retirada do ponto do programa (supressão). A votação foi : manutenção dos Tribunais Populares ou supressão. Ganhou a supressão. Essa votação evidenciou a posição parlamentarista das correntes majoritárias.

3. “Fim do capitalismo. Defesa de uma sociedade socialista, por meio da luta pela destruição da propriedade privada e da implantação da propriedade coletiva. Tarefa que será possível pela conquista de um governo operário

e camponês, a ditadura do proletariado.”

No debate sobre essa bandeira, houve um avanço. O POR apresentou uma formulação que foi aprovada por todos. Ficou assim: “Fim do capitalismo. Defesa do Socialismo, pela implantação da propriedade coletiva, resultado da luta de classes.”

4. Ruptura com a CUT

Esse foi o ponto alto da Convenção. O PSTU fez um encaminhamento de que fossem apresentadas as três posições – PSTU, PSOL, POR.

A Conlutas defendeu a ruptura com a CUT. Caracterizou a CUT como instrumento do governo e que estava “morta” mesmo que houvesse a substituição do governo Lula. Chamou a formação de “uma nova alternativa para os trabalhadores, reunindo a Conlutas e a Intersindical. E que houvesse um debate na categoria e um plebiscito para a desfiliação do Sinpeem da CUT.

O PSOL se colocou pela necessidade de um amplo debate na categoria e que não tivesse no programa da bandeira da ruptura com a CUT. Enfatizou a importância de se construir uma nova Central sindical classista. Portanto, primeiro o debate e depois o problema da desfiliação.

O POR se posicionou contra a divisão da CUT, denunciou a burocracia traidora e defendeu as frações revolucionárias para atuarem nos sindicatos e na CUT, com o objetivo de derrotar a burocracia e construir uma direção apoiada no programa e no método de luta da classe operária. Mostrou que não se derrota os traidores e governistas rompendo com a CUT e construindo outra Central.

Após a defesa, o PSTU propôs um encaminhamento: que primeiro votasse quem era contra ou a favor da ruptura. O PSOL se colocou contra e defendeu que as propostas fossem votadas em separado. Houve uma tentativa por parte do PSOL para que o POR renunciasse sua defesa e apoiasse sua proposta, que não foi aceita. Assim, a votação foi por proposta. A Conlutas obteve 32 votos, o PSOL, 25 e o POR 07.

Ainda sobre a questão sindical, houve o acordo de que constasse no programa a formulação do POR: Defesa da unidade política e organizativa dos trabalhadores. O acréscimo foi “em torno de um programa classista”, apresentado pelas correntes, que diziam que não poderia confundir com o “pensamento único”, “um só partido”.

6. Sobre o salário

O POR apresentou a bandeira de Escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho. Com o argumento de que a chapa deveria se colocar pela reposição de todas as perdas e defender um instrumento que garanta o reajuste a cada momento em que houve a elevação do custo de vida. E que houvesse a luta pelo emprego a todos, por meio da

escala móvel das horas de trabalho.

As correntes se colocaram contra. Propuseram assim: reajuste automático de salário de acordo com a inflação e redução da jornada de trabalho sem redução do salário e de direitos. Houve acordo.

Em relação do piso salarial foram feitas duas propostas: Piso do Dieese e Salário mínimo vital. Nesse ponto, houve votação. Todos aprovaram o Piso do Dieese, com exceção do POR.

7. Em relação à educação

Havia a proposta de revogação da LDB, defendida pela Conlutas e POR, com o argumento de que essa lei expressava a imposição da reforma educacional do governo.

O PSOL era pela supressão desse ponto. Ou seja, que não constasse no programa que a chapa era contra a LDB.

Foi para o voto. Pela revogação, 21 votos. Pela supressão, 27.

Outra proposta que chamou atenção foi a supressão da defesa da “efetivação de todos os contratados”, apresentada pelo POR. Enfatizaram que é preciso defender o concurso público. Portanto, o programa da chapa não consta a defesa do emprego a todos.

Composição da Chapa

O POR defendeu que a chapa fosse composta tendo como base a proporcionalidade direta na Convenção. Recusou discutir outro mecanismo que não fosse esse da democracia sindical, vota-se o programa e constitui a chapa mediante a proporcionalidade. As correntes se colocaram contra e apresentaram a chapa de consenso entre elas. A Conlutas que possuía maioria na Convenção aceitou que o encabeçador da chapa fosse o PSOL.

Não havia outro recurso para o POR senão rejeitar o método e a chapa. É bom lembrar que, na chapa por eles apresentada, constavam dois cargos para o POR.

O POR fez uma declaração de que apoiará a chapa nas eleições do Sinpeem, mas não aceitaria os cargos.

Para o POR é um erro das correntes que aprovavam no programa a defesa da democracia sindical e da proporcionalidade, mas que se recusavam a colocá-las em prática no seu próprio campo, a exemplo da formação de chapa.

Nossa posição

Mantemos a posição de que é preciso a unidade da oposição, constituída pelo método da democracia operária e fundamentada no programa classista. Como minoria, acatamos as decisões democráticas que expressam a força real das correntes. Rejeitamos o método da maioria impor pelo aparelho à minoria.

Defenderemos a chapa de oposição e participaremos nas eleições para o Conselho de Representantes, nas regiões.

UnB ocupada pelos estudantes

Cerca de 200 estudantes ocuparam, no último dia 03, a reitoria da Universidade de Brasília (UnB). O governo Lula expediu mandado de reintegração. Caberia à Polícia Federal desalojar os estudantes. Frente à ameaça de repressão policial, a assembléia estudantil não só manteve a ocupação como a estendeu para toda a universidade, massificando o movimento.

A ocupação se deve aos escândalos de corrupção envolvendo o reitor Timothy Mulholland e a Finatec, fundação privada vinculada à Universidade de Brasília (UnB). Os estudantes exigem a saída do reitor e do vice-reitor e a abertura das contas das fundações que atuam na universidade. Dentre essas reivindicações estão ainda a dissolução do Conselho Diretor, o leilão dos bens adquiridos para o apartamento do Reitor e a aplicação desse dinheiro na Casa do Estudante.

Logo no primeiro dia da ocupação, a Polícia Federal cercou os estudantes e a reitoria cortou a água, luz e telefone. Os estudantes resistiram às intimidações e ao mandato de reintegração de posse concedido à UnB no dia seguinte. A justiça burguesa ameaça os estudantes a pagarem uma multa de R\$ 5 mil por cada hora que permanecerem na Reitoria.

As denúncias de desvio de verbas vieram à tona em fevereiro deste ano. A Finatec, já envolvida em outras denúncias de corrupção, foi responsável pela reforma e mobília do apartamento funcional do Reitor com verba que deveria ser usada para pesquisas científicas. Uma verdadeira farra com dinheiro público, na ordem de 470 mil. Os gastos vão desde a compra de um saca-rolhas de R\$ 859,00 até telas de pintura que somam mais de 20 mil reais.

A fundação bancou ainda um carro importado para o Reitor no valor de R\$ 72 mil. As denúncias não páram por aí: a UnB foi recordista nos gastos com cartões corporativos, 1,2 milhão só em 2007. Enquanto isso, os estudantes são penalizados com a falta de condições de ensino na universidade e as manifestações estudantis são tratadas como caso



Ocupação na Unb: repressão não impediu a entrada de estudantes e o fortalecimento do movimento

de polícia.

É necessário destruir a estrutura de poder estabelecida na universidade. O caráter autoritário da burocracia universitária está expresso, sobretudo, na composição dos conselhos superiores, onde são aprovadas as parcerias público-privadas, o vínculo com fundações, terceirizações, privatização de espaços etc., medidas que avançam na mercantilização do ensino e que se opõem aos interesses da maioria que trabalha e estuda. A participação estudantil é numericamente insignificante nesses conselhos.

As fundações privadas e a burocracia universitária devem ser expulsas da universidade, pois representam os interesses dos governos e da classe dominante. É fundamental organizar também a resistência à repressão política descarregada sobre os estudantes.

A ampliação do movimento demonstra que a ocupação expressa a vontade da maioria estudantil. Lamentavelmente, os professores da UnB não assumiram coletivamente a ocupação. A presença ativa de professores e funcionários fortaleceria o combate à corrupção, à mercantilização e daria aos três setores o controle da universidade.

A luta da UnB deve ser defendida em toda a parte. O apodrecimento da

burocracia universitária é um fenômeno generalizado. Trata-se de um reflexo da decadência da classe burguesa dirigente da sociedade e exploradora da maioria trabalhadora. Sabemos que a tarefa de extirpar a burocracia e colocar o ensino sob o controle de estudantes, funcionários e professores depende da luta classe operária pelo controle da produção. O envolvimento do Reitor com o cartão corporativo é um pequena gota no mar de corrupção que envolve o Estado burguês e seus governos. Expulsar esse ladrão significa apenas um passo de uma luta maior contra a burguesia e seus governos, corruptos e criminosos.

O POR tem sistematicamente levantado a bandeira de constituir Tribunais Populares, que expressem a representação direta da classe operária e demais oprimidos. A ausência desses tribunais é prejudicial para a luta no seio da universidade. Por isso mesmo, cabe aos estudantes que ocupam a UnB levantar também a bandeira de Tribunais Populares para apurar a corrupção e os crimes da burguesia.

- **TODA FORÇA À OCUPAÇÃO!**
- **FORA LADRÕES DA UNIVERSIDADE!**
- **NENHUMA PUNIÇÃO AOS ESTUDANTES!**

Manifesto do POR ao VII Congresso do SINTEPE

Nacional: Nenhum apoio ao Governo Burguês de Lula

O governo Lula (PT), além de manter a continuidade da política pró-imperialista e burguesa do PSDB/FHC, incorporou a burocracia sindical ao Estado, visando ao controle do movimento social. Mantém e elabora medidas de ataque aos trabalhadores em geral, como a reforma da previdência, a alta programada, o super-simples, além da manutenção do arrocho salarial, através de um salário mínimo de fome. Ataca os servidores públicos, valendo-se da lei de responsabilidade fiscal, a qual aprimora, criando a limitação de reajuste salarial. O golpe mais recente é a lei de greve, que criminaliza os servidores lutadores. Diante deste quadro os trabalhadores não podem aceitar nenhum apoio das direções sindicais a este governo (Lula/PT), sob o pretexto de quererem garantir melhorias. Não podem aceitar que as centrais sindicais continuem a ser correia de transmissão do governo, porque estas pretendem, através de antigos dirigentes eleitos como parlamentares, jogar peso na elaboração de projetos e, sobretudo, de remendar os projetos dos governos (a questão do piso nacional do magistério deixou bem claro isso, quando a CNTE buscou 'aumentar' o piso nacional do governo). Essa não é a forma de luta típica dos trabalhadores. Os trabalhadores devem aprovar a independência das suas organizações (CUT, sindicatos) diante do estado e do governo. Nenhum apoio ao governo Lula.

Sindical: Contra a Burocratização e em defesa da Unidade.

O sindicalismo que temos hoje é colaboracionista. As organizações sindicais (Força Sindical, CUT, a recém criada CTB, entre outras) são dirigidas por burocracias que colaboram com os patrões, quando estes apresentam as medidas de destruição do emprego e do salário. Não organizam em nível nacional as lutas que ocorrem de forma fragmentada. Reforçam, no interior dos movimentos, o processo de fragmentação dos trabalhadores que as políticas neoliberais impõem. Dividem as reivindicações entre os desempregados, os terceirizados, os aposentados, a juventude – sem jamais levantar bandeiras que os unifiquem pela luta. Assinam acordos de destruição de direitos e rebaixamento salarial, distraem os desempregados e a

juventude, apoiando os programas assistencialistas dos governos.

Em suma: o sindicalismo colaboracionista é também estatizado. A estatização dos sindicatos, através de suas burocracias dirigentes, se expressa tanto na política que executam entre os trabalhadores quanto na que atualmente vêm executando no interior do próprio Estado. CUT, Força Sindical e CTB fazem parte atualmente da máquina estatal. Têm ministérios no governo Lula/PT e contribuem para sua governabilidade. Deixaram a etapa em que “apoiavam” criticamente os governos para entrarem na fase de apoio aberto e sustentação do estado burguês.

O PSTU e outros agrupamentos políticos formaram a Conlutas alegando a estatização da CUT, com a subida do PT ao governo federal. Apesar de correta a crítica da estatização da central, na prática, a Conlutas serviu para deixar livre a burocracia do PT e PCdoB sem qualquer oposição interna que denunciasses a sua colaboração. Isso ficou evidente nos últimos congressos da CUT. Ao contrário dos anteriores, a direções burocráticas aprovaram a totalidade das suas propostas.

A direção da classe operária está quase exclusivamente nas mãos dos reformistas. As demissões nas fábricas, a precarização nas formas de contratação, o rebaixamento salarial, não têm sido combatidos. A colaboração de classe aumentou. Na verdade, nesse último período, enquanto a oposição deixava a CUT, a direção petista juntava-se à Força Sindical para ajudar os governos a aprovar as reformas contra os trabalhadores. Ao contrário do discurso do PSTU e outros setores, a Conlutas não pode quebrar o controle que a burocracia exerce sobre a maioria dos sindicatos operários. Não conseguiu, ao longo de 2007, levar adiante sua campanha contra as reformas sem a ajuda da burocracia cutista. Assinou com ela um chamado de mobilização que rebaixava seu próprio programa. Contraditoriamente, precisou do peso nacional que tem a CUT para organizar a manifestação de maio, embora a tenha abandonado com a alegação de que se tratava de uma ‘entidade sem representatividade’.

Educação: Abaixo a reforma educacional de Lula

Os governos têm constatado o fracasso

so da educação em nosso país. Em todos os níveis, as avaliações externas apontam para a repetência, a evasão e a não assimilação, por parte dos alunos, de conteúdos mínimos de aprendizagem. A responsabilidade recai sobre os professores, pais, direções escolares e estudantes. Todos os governos omitem que esse fracasso é fruto de um conjunto de políticas aplicadas a partir da década de 90, com inspiração nas diretrizes do Banco Mundial, as quais “visava alfabetizar mais, gastando cada vez menos”. Foram os anos da LDB, do Plano Decenal, dos ciclos e de uma infinidade de leis e projetos que, na prática, contribuíram para o sucateamento das escolas cuja infra-estrutura já era precária, para o arrocho salarial, uma vez que os reajustes foram substituídos por bonificações e gratificações de toda espécie para o aprofundamento da crise da educação.

Lula anunciou o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Governos estaduais em todo o país, seguindo a orientação federal, vêm estruturando seus planos de educação. Em essência, os governos têm a mesma política: aumentam o controle sobre as escolas e sobre os trabalhadores da educação, enxugam gastos e entregam o que podem à iniciativa privada. Em suma: o fracasso escolar, que em grande parte é produto das reformas anteriores, dá lugar a outras reformas.

É preciso compreender a crise educacional e lutar contra ela, porque, como justificam que o fracasso escolar é “culpa” dos trabalhadores da educação, os governos buscam implementar medidas de maior centralização de trabalho realizado nas escolas. Aumentam os dispositivos para punir os “maus” trabalhadores. Diretores, coordenadores, professores, funcionários que não se adequam à maior ingerência do estado sobre as escolas são punidos com sanções disciplinares, são perseguidos. Além disso, a repressão dos professores que participam das atividades políticas é aberta. Os trabalhadores da educação não podem se manifestar contra as medidas impostas, devem somente “adaptar-se”. O ápice dessa centralização está sendo anunciado agora com a aprovação de leis que querem demitir mesmo funcionários públicos concursados, que não apresentam “desenvolvimento satisfatório”: são as avaliações desempenho

– que aparecem nos projetos do governo federal (PDE de Lula) e dos governos estaduais. Para destruírem ainda mais a educação pública, os governos são obrigados a reprimir os opositores.

A outra fase dessa destruição, contra a qual os professores devem se levantar, é a crescente mercantilização do ensino. O Estado, com o intuito de apoiar setores capitalistas, permite e apóia financeiramente toda forma de ensino privado: colégios e faculdade são abertos todos os dias com o incentivo fiscal dos governos. O crescimento vertiginoso do ensino superior privado só foi possível com o auxílio dos Governos Federal (leia-se PROUNI, a não taxação de faculdades confessionais etc.). Assim, enquanto o ensino público, em todos os níveis, vive à míngua, os capitalistas

da educação nadam em dinheiro público.

Concluimos com tudo isso que as reformas educacionais dos governos não têm como combater o fracasso escolar, já que se dão no marco do capitalismo decadente. Implicam a redução de verbas, a redução da responsabilidade do estado para com o ensino e o crescimento da privatização. O FUNDEB, por exemplo, não assegura condições elementares de acesso, recursos e permanência das crianças e jovens na educação básica; é a continuidade da política de fundos, isto é, das diretrizes educacionais traçadas pelo Banco Mundial. A Reforma Universitária favorece os empresários da educação. O PROUNI é mais uma forma de mercantilização do ensino, que, sob o pretexto de “oportunidade aos jovens pobres”, só visa a injetar dinheiro

nas universidades privadas. A política de cotas deixa toda uma maioria de negros fora das universidades. A ampliação do ensino à distância, sob o governo do PT, além de reduzir as verbas para as escolas públicas, cria mais um negócio para os capitalistas da educação. Recentemente lançado, o PDE aumenta a centralização do governo na educação (avaliação externa e orientação administrativa-pedagógica), cria mecanismos de punição às escolas que evidenciam o fracasso da educação capitalista.

Os trabalhadores em educação devem defender: 1) fim de toda a reforma educacional e das leis que a regem; 2) abaixo o PDE de Lula; c) Defesa de um único sistema de ensino, laico, público, gratuito, vinculado à produção social, sob controle de quem trabalha e estuda.

Fortaleza:

Prefeitura e PT atacam servidores com fim das isonomias e não implantação das férias do magistério: Organizar a luta unificada do funcionalismo com ação direta

A prefeita Luizianne e o PT nacional entraram na justiça (STF), pedindo que sejam negados o direito à isonomia salarial e aos pisos salariais, garantidos na justiça, para os servidores de Fortaleza. Mais de 2000 trabalhadores, que há anos tinham seus salários desta maneira, terão, agora, redução de salário! Para promover este assalto, a prefeitura alega que os gastos com folha de pagamento do funcionalismo estão em vias de ultrapassar o previsto na LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal - (quando dados do DIEESE confirmam que a Prefeitura poderia conceder até 20% do seu atual orçamento para salários sem ferir esta reacionária lei). Por outro lado, a Prefeitura petista se recusa a cumprir o Estatuto do Magistério que determina que os professores tenham direito a férias após cada semestre (§2º art. 113) derrubando a liminar expedida pela justiça em favor dos professores, que garantia o gozo das férias neste início de ano. Estes ataques à vida do funcionalismo são demonstrações inequívocas de que Luizianne e o PT do mensalão são, há muito, inimigos declarados dos trabalhadores e refletem os interesses da burguesia e seu siste-

ma (capitalismo) em crise. Tudo isso mostra, também, que os trabalhadores não devem ter nenhuma ilusão na justiça burguesa que sempre se volta contra os explorados. É preciso responder com ação direta e unitária a esta medida absurda e truculenta da Prefeita traidora defendendo que a mesma rompa com a LRF e atenda as reivindicações dos trabalhadores!

Direções sindicais aprovam pauta rebaixada

A campanha salarial do funcionalismo municipal, que teve início dia 13/03, tem unificado várias categorias (SAMU, odontólogos, assistentes sociais, servidores administrativos etc). Em razão do ano eleitoral, a justiça burguesa definiu que a Prefeitura tem até 5 de abril para conceder o reajuste de 2008, o que quer dizer que o funcionalismo municipal tem de correr contra o tempo. Todavia, as burocracias sindicais têm contribuído para que o funcionalismo saia desta campanha salarial com muito pouco ou nada, uma vez que definiram como reajuste médio míseros 17% (exatamente aquilo que a prefeitura pode

pagar sem ferir a LRF). A Prefeitura, em 2007, não concedeu nenhum anuênio nem reajuste salarial; os servidores em geral tiveram apenas o PCCS. E quanto a este, até agora, também não está prevista sequer a formação da comissão de acompanhamento do Plano de Cargos e Carreira (especialidade educação), a ser eleita entre os professores, para encaminhar os processos de promoção por capacitação e titulação.

»Luizianne, tire as mãos do salário dos servidores públicos! Pela imediata implantação da isonomia salarial!» Que a Prefeitura implante imediatamente as férias do magistério!

»Pela imediata realização de concurso público para professor e servidor; contra as terceirizações; pagamento dos anuênios atrasados; redução do número de alunos por sala (para 25); eleições para diretores de escola (e fim da gratificação para estes); fim da municipalização do ensino; mudança do regime de trabalho docente para que o professor tenha 20h em sala e 20h fora dela em trabalhos de pesquisa etc; Por um piso salarial de R\$ 2.750,00.

Iniciamos a publicação do texto sobre as Táticas da Frente Única, de León Trotsky, no Massas 352. Nesse número, reproduziremos o ponto nº V.

Perigo de um novo período “pacifista”

25. A idéia de um bloco de esquerda está penetrando na atmosfera política francesa. Após um novo período de Poncareísmo, que constitui um intento da burguesia de servir um prato requeentado – preparado com as ilusões do povo de alcançar a vitória – é bem provável uma reação pacifista em amplos círculos da sociedade burguesa, especialmente entre a pequena-burguesia. As esperanças de uma pacificação universal, de um acordo com a URSS, de obter desta, sob condições vantajosas, matérias-primas e o pagamento de suas dívidas, diminuem, esmagadas pelo militarismo; e, desta maneira, o programa ilusório do pacifismo democrático pode, durante um certo período, transformar-se em programa de um bloco de esquerda, que substituirá o bloco nacional.

Do ponto de vista do desenvolvimento da revolução na França, tal mudança de regime será um passo adiante somente no caso em que o proletariado tenha sido muito pouco atingido pelas ilusões do pacifismo pequeno-burguês.

26. Os divisionistas reformistas são a agência do “bloco de esquerda” na classe operária. Seus êxitos serão maiores quanto menos o proletariado seja atingido pela idéia e prática da Frente Única contra a burguesia. Um setor de operários, desorientado pela guerra e a demora do andamento da revolução, pode aventurar-se no bloco de esquerda como um mal menor, na crença de que não arriscará nada, porque não vê outro caminho.

27. Um dos meios mais efetivos para contrapor no proletariado as formas e as idéias do bloco de esquerda, isto é, um bloco formado pelos operários e certo setor da burguesia contra outro setor da burguesia, é insistir resoluta e persistentemente na idéia de um bloco formado por todos os setores do proletariado contra o conjunto da burguesia.

28. Em relação aos divisionistas, isto significa que não devemos permitir-lhes ocupar impunemente uma posição temporariamente evasiva a respeito do movimento operário, e usar platônicas declarações de simpatia pelos operários, como uma cobertura para ocultar o traseiro dos opressores burgueses. Em outras palavras, podemos e devemos, em todas as circunstâncias adequadas, propor aos divisionistas uma forma específica de ajuda conjunta aos grevistas, operários sob locaute, desempregados, inválidos da guerra etc., informando as massas de sua resposta à nossa proposta, e nesta forma opô-los a cer-

tos setores do proletariado politicamente indiferentes ou semi-indiferentes, entre os quais os reformistas esperam encontrar pronto apoio em certas condições propícias.

29. Este tipo de tática é tão mais importante quando os divisionistas estejam intimamente ligados à CGT reformista, e constituem com ela as duas alas da agência burguesa no movimento operário. Devemos tomar a ofensiva simultaneamente no campo sindical e político contra esta agência de duas caras, aplicando os mesmos métodos táticos.

30. A lógica de nossa conduta impecável e sumamente persuasiva na agitação é a seguinte: “você, os reformistas do sindicalismo e socialismo”, lhes dizemos diante das massas, “têm dividido os sindicatos e o partido mediante idéias e métodos que consideramos equivocados e criminosos. Exigimos que pelo menos se abstenham de pôr obstáculos às tarefas do proletariado, e que tornem possível a unidade de ação. Na situação concreta dada, propomos tal programa de luta”.

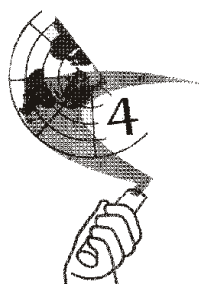
31. Em forma similar, o método indicado poderia ser empregado com êxito em atividades municipais e parlamentares. Dizemos às massas: “os dissidentes, por não quererem a revolução, têm dividido os operários. Estaríamos loucos se contássemos com sua ajuda para a revolução proletária. Porém, estamos dispostos, dentro e fora do parlamento, a entrar em certos acordos práticos com eles, levando em conta que estes acordos sejam sobre questões que os obriguem a decidir entre os interesses conhecidos da burguesia e as reivindicações definitivas do proletariado. Para apoiar o proletariado na ação, os divisionistas somente podem ser capazes de tais ações se renunciarem as suas ligações com os partidos da burguesia, ou seja, o bloco de esquerda e a disciplina burguesa.

Se os divisionistas forem capazes de aceitar essas condições, então os operários que os seguem seriam rapidamente absorvidos pelo Partido Comunista. Mas precisamente devido a isto, os divisionistas não aceitarão estas condições. Em outras palavras, diante da clara e precisa questão de se decidirem por um bloco com a burguesia ou um bloco com o proletariado – nas condições concretas e específicas da luta de classes – se verão obrigados a declarar que preferem um bloco com a burguesia. Uma resposta tal não passará despercebida diante das bases proletárias com as quais contam os reformistas.

Nesta edição:

- Bolívia: Rechaçar a farsa eleitoral
- Iraque: 5 anos de ocupação
- É o imperialismo que está por trás do ataque às Farc
- Visita de Condoleeza Rice ao Brasil

Artigos do Cerqui



Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Convulsões no mundo Tibet

Na Ásia, o movimento contra o domínio chinês no Tibet foi violentamente reprimido. As massas tibetanas expressaram o ódio de classe, manifestado nas ruas contra as propriedades e o poder econômico dos chineses, etnia han, dominante no país. Os choques iniciaram durante o protesto que lembrava os 49 anos de tentativa de separação, em 1959. Mortes, prisões de manifestantes e uma onda de saques tomaram conta da capital Lhasa.

A história do Tibet foi marcada pelo colonialismo das potências (que submeteu a maioria do continente), pela presença de uma feudal-burguesia religiosa (budismo de dalai-lama) e pela política de anexação da burocracia comunista chinesa. A independência conseguida em 1912, após mais de três séculos de domínio chinês, teve vida curta. Em 1950, novamente foi anexada pela China. Nem bem passaram nove anos, iniciou-se a revolta da burguesia feudal (monges budistas) pela separação. A reação do governo chinês culminou com o exílio de dalai-lama, Tenzin Gyatso.

Kosovo

Na Europa, Kosovo, província de maioria albanesa, declarou-se recentemente independente da Sérvia, embora estivesse sob a intervenção da ONU (EUA) desde 1999. Os conflitos permanecem e, em março de 2007, os EUA se colocaram pela independência de Kosovo, mas sob a chamada "supervisão internacional". O que significa a não-independência.

Em fevereiro de 2008, as massas fo-

Novos protestos sangrentos ocorreram em 1989.

O líder budista Gyatso se aproximou dos Estados Unidos. Comparecia como liderança religiosa e pacifista, dizia que não pretendia a separação da China, mas uma maior autonomia para o povo tibetano. Por detrás dos interesses de casta da feudal burguesia tibetana estão as mãos de Bush e de seus aliados. O dalai-lama aproveitou a repressão chinesa para cumprir os planos imperialistas, conclamando a "intervenção internacional para investigar a situação do Tibet".

Os EUA e a União Européia, para tirarem proveito da situação, criticaram a repressão chinesa sobre os manifestantes. O sanguinário Bush acusou a China de "violar os direitos humanos no Tibet" e concluiu que a "China precisa respeitar a pluralidade étnica". O fato é que as potências têm interesses econômicos nessa parte da Ásia e, por isso, ora intervêm diretamente (guerra), ora indiretamente por meio da feudal-burguesia. Jogam um país contra outro, incentivam os separatismos e impõem anexações

quando lhes interessam.

Por outro lado, a revolução liderada por Mao Tse-Tung não pôde emancipar as minorias étnicas da opressão racial e de classe. Isso porque a expropriação da burguesia pelo movimento revolucionário das massas esteve sob a direção do partido comunista estalinizado, para o qual não faz parte do programa o direito a autodeterminação dos povos, aspecto fundamental do programa bolchevique. E a restauração capitalista na China agudizou os choques étnicos e de classe. Na China, existem mais de 50 grupos étnicos, entre eles os tibetanos.

A defesa da autodeterminação dos povos oprimidos é a bandeira do proletariado. Para que se efetive, tem de estar em contraposição ao imperialismo, que usa os movimentos nacionais e controla as suas direções burguesas. A independência do Tibet, como assim desejar seu povo, deve ser expressão da luta de classe para desbancar a feudal burguesia local, o restauracionismo chinês e o intervencionismo imperialista.

quem em regiões sob seu controle.

A tendência é agravarem os choques nessa região dos Bálcãs. As massas proletárias devem combater o intervencionismo imperialista, o nacionalismo burguês e a política restauracionista e expansionista da Rússia. A real independência de Kosovo deve ser parte do programa da classe operária pela emancipação nacional e social.

Expansionismo imperialista

A Inglaterra e França retomaram as negociações, que auto-denominaram Entente, uma referência ao bloco militar constituído na 1ª Guerra Mundial.

Os Estados Unidos convocaram a reunião dos países da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), agrupamento das potências imperialistas contra os países comandados pela burocracia restauracionista russa (Pacto de Varsóvia). Desde o final da década de 90, os EUA procuraram incorporar países que pertenciam ao chamado “bloco comunista”, a exemplo da Tchecoslováquia, Hungria. Agora, lançaram o pedido de inclusão da Croácia, Albânia, Ucrânia e Geórgia.

O pedido dos EUA recebeu algumas restrições pelo fato da Ucrânia e a Geórgia não terem realizados reformas políticas e militares, determinadas pelos imperialistas. A política expansionista de Bush tinha pressa em subjugar as ex-repúblicas soviéticas, tendo em vista que o presidente da Rússia, Putin, manifestava resistência contra a entrada da Ucrânia e

Geórgia para a Otan. Os aliados de Bush pediram cautela em função das relações com o governo da Rússia.

Os objetivos dos EUA na reunião da Otan foram assegurados: 1) o acordo de instalação de escudo antimíssil na Europa. Trata-se de um cerco a Rússia, usando a República Checa e a Polônia, onde seriam implantados radares e mísseis; 2) o compromisso das potências europeias de se engajarem mais firmemente no combate à resistência no Afeganistão. Para isso, exigiam mais tropas para consolidar a invasão nesse país semicolonial. Prontamente, a França respondeu com o envio de 800 militares, que se juntariam aos 50 mil que estão na região para extinguir os Taleban; 2) a intenção de fazer da Otan um organismo de luta contra o denominado terrorismo. O relatório entregue à Otan propõe “ataques preventivos”, com o argumento de que é preciso combater as “armas de destruição de massa”. Numa clara referência à guerra contra o Irã.

O fato é que as potências se reor-

ganizam militarmente para aniquilar a resistência antiimperialista. Comparem aliadas no combate aos chamados terroristas. Fortalecem seus compromissos militares de dominação do mundo. O fracasso dos EUA na dominação do Afeganistão e Iraque os obriga a ampliar o bloco militarista (Otan) e fazê-lo atuar como força hegemônica no extermínio da resistência antiimperialista.

Tarefa revolucionária

O proletariado internacional não conta com o Partido Mundial da Revolução Socialista. A crise da IV Internacional é o obstáculo fundamental para o avanço da luta revolucionária. A tarefa de reconstrução da IV Internacional é o caminho para superar a crise de direção política da classe operária e impedir o avanço da barbárie capitalista. Somente com o Programa de Transição da IV Internacional as massas oprimidas do mundo poderão transformar seus instintos de revolta em destruição da sociedade de classe.

Bolívia

Reproduzimos abaixo um dos pontos do programa da URUS para a Universidade, divulgado no Massas 2042, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia.

O que entendemos por Poder Estudantil?

Dizemos que o co-governo paritário docente-estudantil efetiva a Autonomia Universitária porque, a partir de seu seio, os estudantes conseguem afirmar a independência das Casas Superiores de Estudo frente ao governo, expressão política da classe dominante.

Para nós, o significado do co-governo se extrai da possibilidade de que os estudantes tenham proeminência com referência aos docentes, o que quer dizer que pode dar-se a vitória da política proletária sobre a burguesa.

Há que assinalar que isso pode se dar unicamente se os estudantes estão politicamente dirigidos por um partido que seja a expressão da política proletária. Não se trata de uma questão que pode se dar todos os dias, mas de algo excepcional que corresponde às etapas da agudização da luta de classes e da grande radicalização das massas.

Em tais condições, os estudantes conseguem converter-se em um verdadeiro poder e é o momento em que impõem a Assembléia Geral, como autoridade suprema.

Em nossos dias, quase se perdeu a noção do que é o Poder Estudantil e da maneira tão vigorosa que alcançou nos anos 70.

Se ignorarmos que a luta de classes é a que determina a sorte da universidade, a presença do Poder Estudantil – isto é, uma verdadeira ditadura sobre os docentes – seria considerada como sinônimo de caos e do absurdo.

Nas universidades, da mesma forma que no restante da so-

ciedade, estamos obrigados a lutar contra a política geral do governo, que não é senão o liberalismo econômico e a ditadura da burguesia. Se este aspecto é transposto ao plano das tarefas que devem cumprir os estudantes, temos de concluir que a universidade deve somar-se à luta contra a ditadura da burguesia. É o que concretiza o Poder Estudantil, que se potencia ao converter-se em expressão política da necessidade histórica de transformar a sociedade capitalista para revolucionar o ensino. A luta por conquistar esse objetivo obriga a efetivar a ditadura estudantil sobre a Universidade.

O Poder Estudantil funde a universidade com as forças motoras da revolução, com a sociedade convulsionada pela luta de classes. A partir desse momento se rompe essa aparência de que a universidade nada tem a ver com a sociedade, pois é evidente que a solução dos grandes problemas universitários se dá nas ruas e pela vontade das massas convulsionadas. O Poder Estudantil é a ponta de lança do proletariado em sua tarefa de transformar a educação, considerada como parte integrante dos grandes problemas sociais.

Quando dizemos que se deve generalizar o movimento para fortalecer o Poder Estudantil e a Assembléia Geral, estamos indicando que a universidade deve soldar-se à luta revolucionária nacional, que deve romper os muros das Casas Superiores de Estudo e integrar-se à marcha libertadora das massas.

Agudiza o mal estar social e o o governo está na lona

Surpreendeu todo o país o fortalecimento da paralisação cívica do Camiri, que inicialmente surgiu débil e completamente dividida por setores controlados pelo município, em função da torpe intervenção do exército.

A dura repressão, que durou mais de doze horas, contra os moradores que bloqueavam as estradas ao norte e ao sul do povoado, teve a virtude de incorporar todos à luta ao ponto de cercar um exército que havia esgotado as bombas de gás e as balas. Os militares terminaram cercados como gado e fechados em seus quartéis, enquanto que os bloqueios e a paralisação cívica se fortaleciam. O governo se viu forçado a enviar uma comissão para negociar nas condições que impunham os mobilizados.

Camiri exige uma verdadeira nacionalização dos hidrocarburetos, porque consideram que a anterior foi uma trapaça aos bolivianos, a instalação de uma planta separadora de líquidos para processar o gás que se vende ao Brasil, a tomada física de alguns poços onde todavia operam as multina-

cionais para serem dirigidos diretamente por uma Y.P.F.B. produtiva e não meramente burocrática, o funcionamento da subgerência de exploração e produção em Camiri e a criação de fontes de trabalho que beneficie a região.

O governo mostra uma total incapacidade nas negociações porque não tem uma política petrolífera coerente e as autoridades do setor estão de cuecas frente às exigências da população.

Paralelamente, realizou-se um bloqueio em Yacuiba, na rota internacional para a Argentina, protagonizado pelos professores e toda a população, exigindo 600 itens para a educação, quando o Ministério anunciou a criação só de 4.000 itens para todo o país. A contundência da medida obrigou as autoridades a cederem à exigência da população.

Existe o anúncio de um bloqueio nacional de estradas por parte do auto-transporte, exigindo o aumento das tarifas em consonância com a elevação escandalosa dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Nas últimas horas, irritaram-se os pequenos produtores, diante da decisão governamental de ampliar um ano a mais a venda de roupa usada, fato que prontamente levará milhares de homens e mulheres às ruas nos próximos dias e já se sente o mal estar nos setores trabalhistas, pela perda vertiginosa da capacidade de compra dos salários e o miserável reajuste que foi decretado pelo governo e, finalmente, a incapacidade do governo para aprovar a lei das pensões e retornar o regime solidário; é uma bomba que pode explodir a qualquer momento.

Frente a este mal estar social, o governo perdeu toda iniciativa e materialmente está na lona e impotente para poder contentar todos os setores que se incorporaram à luta. Seus capachos da burocracia sindical, encurralados pelo malestar que reina em suas bases, já não podem cumprir seu papel de alcoviteiros desmobilizadores.

Traduzido do Jornal Massas nº 2076, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

A crise nos Estados Unidos arrasta o mundo à recessão global

V.M.

Se a crise econômica que vive os Estados Unidos ocorresse em algum país latino americano, seguramente os norte-americanos e os organismos internacionais como o FMI e outros estariam pressionando para que se solucionasse seguindo as leis do mercado, sem a intervenção do Estado, o que permitiria que os bancos nacionais quebrassem e as empresas norte-americanas os engolissem a preço de galinha morta. Como a crise se apresenta nos Estados Unidos, o governo norte-americano deixa a ortodoxia neoliberal e converte o Estado no instrumento que permita salvar os bancos norte-americanos. Estes, para aplicar o capital excedente (excesso de liquidez) emprestaram dinheiro a milhares de pessoas de pouca solvência econômica, com altos juros e a partir da hipoteca das próprias moradias que adquiriram ou construíram com o empréstimo com fins especulativos. Ante a excessiva oferta de moradias, os preços baixaram e milhares de pessoas que pegaram dinheiro emprestado já não puderam cobrir os créditos obtidos, o que fez estalar a bolha da indústria imobiliária arrastando em sua crise os bancos norte-americanos. As perdas totais chegam aos 400 bilhões de dólares por causa dos "subprime" (créditos imobiliários ou créditos especulativos). São mais de 900 mil casas em processo de embargo; nove milhões de moradias perderam seu valor ao extremo de que milhares delas valem menos do que o empréstimo obtido.

Como o governo norte-americano não pode permitir que os bancos norte-americanos se afundem, intervém na economia e recorre dos fundos públicos com o objetivo de salvar da quebra muitos deles. O Tesouro do Estado, que é o Banco Central dos Estados Unidos, reduziu as taxas de juros a 2,25%, e põe à disposição dos bancos norte-americanos centenas de bilhões de dólares dos contribuintes norte-americanos, ou seja, os bancos privados podem usar recursos do Estado e a baixo preço. Um analista econômico assinala que se a

demanda de liquidez superasse a disponibilidade do Tesouro do Estado, os Estados Unidos é o único país que conta com uma maquina que, dando voltas na manivela, obtém no outro extremo dólares, podendo imprimir títulos. O que significaria inflação e depreciação do dólar. É sintomático que os analistas e financistas do mundo capitalista não exijam que sejam aplicadas as leis do mercado para resolver a crise do neoliberalismo; pelo contrário, aplaudiu a intervenção do Estado na crise do maior país capitalista.

A crise da economia norte-americana não se reduz só à crise da indústria imobiliária, ainda resta saber qual será a sorte dos créditos comerciais e outros. No campo do consumo, a demanda foi reduzida chegando ao extremo do governo, com a intenção de melhorar a capacidade aquisitiva dos norte-americanos, se dispôs a devolver os impostos, o que para alguns analistas é como dar tônico a um paralisado, opinião acertada se tivermos em conta que os possuidores de Cartões de Crédito estão endividados em mais de 900 bilhões de dólares. Os norte-americanos não poupam, gastam para sustentar o tipo de vida que têm. É outra bolha financeira, que o explodir fará agravar a crise econômica norte-americana. É tão grave a crise econômica dos Estados Unidos que, apesar dos esforços que faz o governo de Bush, os Estados Unidos se encaminham para uma recessão econômica, um crescimento negativo do PIB; os menos otimistas advertem sobre o impacto de uma depressão econômica, o que implicará numa diminuição da produção em mais de 25 %. A diminuição do PIB se traduzirá em demissões na força de trabalho e a redução dos salários, como já ocorre nos Estados Unidos. Seja uma recessão, ou pior, se for uma depressão, suas conseqüências afetarão a economia mundial e obviamente a Bolívia, que se empobrecerá ainda mais, da mesma forma que os trabalhadores e explorados.

Extraído do Masas boliviano 2075, de 28/03/2008